



# Mulheres no Trabalho Informal Globalizando e Organizando

Working Paper da WIEGO (Políticas Urbanas), Nº 22

Fevereiro de 2012

## Eficiência e Solidariedade nas Associações de Catadores de Materiais Recicláveis

Fabiana Goulart de Oliveira e Francisco de Paula Antunes Lima



# Working Papers da WIEGO

Este *Working Paper* foi elaborado pela rede global de pesquisa-ação-política Mulheres no Trabalho Informal Globalizando e Organizando (WIEGO). A série *Working Paper* da WIEGO divulga conteúdos sobre a economia informal, especialmente sobre os trabalhadores pobres, suas condições de vida e trabalho e/ou suas organizações. Uma atenção especial é dada à pesquisas sobre políticas públicas incluindo aquelas que analisam paradigmas e práticas. Esta série inclui perfis estatísticos sobre o trabalho informal e análise crítica de banco de dados e métodos de classificação. Inovações metodológicas e temáticas bem como sugestões de agenda de pesquisa são incluídas na série. *Working Papers* são submetidos a *peer-review* pelo Comitê de Pesquisa da WIEGO e por especialistas externos. A Série de Publicações da WIEGO é coordenada pelo Comitê de Pesquisa da WIEGO.

Este artigo Eficiência e Solidariedade nas Associações de *Catadores de Materiais Recicláveis* foi comissionado pela WIEGO sob o Projeto Cidades Inclusivas.

## Sobre os autores:

**Fabiana Goulart de Oliveira** é psicóloga (UFSJ), mestre em engenharia de produção (UFMG) e doutoranda em Psicologia Social (UFMG). É professora do Centro Universitário UNA. E-mail: fabiana.goulart@yahoo.com.br

**Francisco de Paula Antunes Lima** é engenheiro mecânico (UFMG), mestre em engenharia mecânica (UFSC) e doutor em ergonomia (CNAM-Paris). Realizou estudos de pós-doutoramento em Ergologia (Université de Provence-França). É professor do Departamento de Engenharia de Produção da UFMG e coordenador do laboratório de ergonomia. E-mail: fpalima@ufmg.br

Agradecimento aos catadores de Minas Gerais e ao Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável - INSEA, por terem contribuído para a realização desta pesquisa.

Data da Publicação: Fevereiro de 2012  
Número ISBN: 978-92-95095-14-4

Publicado por Mulheres em Emprego Informal: Globalizando e Organizando (WIEGO)  
Companhia Filantrópica Limitada por Garantia - Empresa No. 6273538, Registro de entidade Filantrópica: 1143510.

## **WIEGO Secretariat**

Harvard Kennedy School,  
Rua John F. Kennedy, 79  
Cambridge, MA 02138, USA

## **WIEGO Limited**

521 Royal Exchange  
Manchester, M2 7EN,  
Reino Unido

[www.wiego.org](http://www.wiego.org)

Direitos reservados © WIEGO.

Este relatório pode ser replicado para fins educativos e de organização, desde que seja reconhecida a fonte.

# Índice

Resumo executivo.....	1
1. Introdução.....	2
2. Processos de Produção e Trabalho nas Associações .....	4
3. A Triagem de Materiais Recicláveis .....	6
3.1. Experiência e Estratégias dos Trabalhadores na Triagem de Materiais .....	6
4. Sistemas e Regras de Remuneração: “Uns não podem trabalhar para os outros” .....	9
5. Divisão do Trabalho Social, Gênero e Solidariedade .....	14
6. Disciplina e tolerância: “Levando ao pé da caneta não fica ninguém” .....	17
7. Considerações Finais .....	18
8. Referências Bibliográficas.....	20

## Resumo executivo

As associações e cooperativas de catadores são formadas a partir da situação de vulnerabilidade social dos seus membros. A maior parte dos catadores encontra dificuldades em conseguir empregos devido ao baixo grau de escolaridade, à idade avançada e a outros aspectos incompatíveis com as exigências do mercado formal. O trabalho na associação apresenta-se a essas pessoas como uma das poucas oportunidades de renda, cujo montante depende da capacidade de produção do coletivo. Dessa forma, eficiência e solidariedade parecem incompatíveis, ou seja, onde há eficiência não há solidariedade e, para haver solidariedade, não se pode exigir eficiência. A análise de diferentes arranjos sociotécnicos desenvolvidos nos empreendimentos de catadores, sobretudo em seus sistemas de triagem, regras de remuneração (distribuição dos ganhos) e normas disciplinares, evidencia as inter-relações entre eficiência, incentivos econômicos e vínculos sociais que se desenvolvem nas associações de catadores.

# 1. Introdução

A reciclagem tem sido discutida como possibilidade de redução dos impactos ambientais e de geração de trabalho e renda para pessoas que não atendem a exigências do mercado de trabalho formal. Por isso, envolve uma série de questões técnicas, sociais, econômicas e políticas, sobretudo nos países em desenvolvimento, onde grande parte da população pobre sobrevive de atividades relacionadas ao lixo.

As associações de catadores enfrentam o desafio de aumentar a produtividade dos serviços de coleta e processamento dos materiais e, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento de seus associados. As discussões em torno dos critérios de eficiência dos serviços de coleta e as possibilidades de mecanização suscitam questões relacionadas ao risco de que, mais uma vez, os catadores sejam excluídos. Em outras palavras, é como se a presença dessas pessoas impedisse aumentar a eficiência do processo de produção.

Trabalhando em lixões e nas ruas, os catadores realizam a coleta e a separação dos materiais descartados, comercializando-os por meio de organizações próprias (associações ou cooperativas) ou repassando-os a depósitos intermediários (atravessadores). Entre os catadores que trabalham nas ruas, a maioria é vinculada informalmente a depósitos de sucateiros e outros trabalham em cooperativas ou associações. As associações e cooperativas de catadores têm o objetivo de promover melhores condições de trabalho para os catadores, especialmente a partir da agregação de valor aos materiais coletados, da capacitação e do reconhecimento social desses trabalhadores. Dessa forma, esses empreendimentos têm múltiplas funções na medida em que atuam na economia ambiental e, ao mesmo tempo, na construção de um movimento social que amplifica a luta dos catadores em suas reivindicações de reconhecimento da profissão e na busca de alternativas autogestionárias de trabalho.

A trajetória histórica desse segmento é marcada por significativas transformações no que se refere ao reconhecimento da função social do trabalho dos catadores e de sua organização. O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) foi formado em junho de 2001 a partir de um congresso que reuniu mais de 2.000 catadores de várias regiões do país em Brasília (DF). O congresso foi promovido com o apoio de organizações da sociedade civil, especialmente religiosas, que trabalhavam no processo organizativo dos catadores, e do poder público (DIAS, 2011). As principais reivindicações do MNCR são o reconhecimento pelo trabalho e a participação dos catadores nos programas de coleta seletiva. As políticas públicas criadas a partir dessas mobilizações e lutas do movimento proporcionaram incentivos às iniciativas de catadores, possibilitando, inclusive, atuarem como agentes econômicos no mercado formal. Contudo, essas experiências apresentam ainda algumas fragilidades e enfrentam limitações no seu processo de organização, envolvendo aspectos técnicos e sociais que merecem ser aprofundados.

Neste artigo, descrevemos as inter-relações entre eficiência, incentivos econômicos e vínculos sociais desenvolvidos na reciclagem em diferentes arranjos sociotécnicos observados nos empreendimentos de catadores, considerando, em especial, os sistemas de triagem, as regras de remuneração (distribuição dos ganhos) e as normas disciplinares. Buscamos evidenciar a existência de ganhos de produtividade sustentados especialmente pela solidariedade e, por outro lado, como os arranjos da produção criam condições para a solidariedade.

Essa discussão situa-se na confluência de dois fenômenos sociais recentes e seus respectivos campos teóricos: o da economia solidária e o da reciclagem solidária, ou coleta seletiva com inclusão dos catadores. O termo comum – a solidariedade – indica de forma evidente essa superposição, situando esses movimentos em contraposição à racionalidade econômica fundada na eficiência mercantil. Com efeito, as diversas experiências de “economia solidária” (cooperativas e associações de produtores, empresas autogestionárias, comércio justo, trocas diretas de serviços e produtos com “moedas” locais, etc.) procuram desenvolver uma “outra economia” (SINGER, 2000; DAGNINO, 2010; LAVILLE, 2004; GAIGER, 2004; SANTOS, 2005), a partir de

valores e princípios de solidariedade, que se contrapõe ao mercado. Essas iniciativas respondem precisamente à incapacidade da economia mercantil de promover a produção e o consumo para atender a necessidades sociais: a eficiência e a economia de escala (elevada concentração da produção em grandes empresas) geram um “desemprego tecnológico” crônico, excluindo da sociedade de consumo uma parte significativa da população, tanto maior quanto mais periférico for o país em questão<sup>1</sup>. A economia solidária nasce, assim, da contradição entre eficiência mercantil, que implica a redução contínua da quantidade de trabalho (medido em tempo) necessário para assegurar a demanda solvente, e a exclusão da força de trabalho excedente. Não é por acaso, assim, que os valores de solidariedade prevaleçam sobre a busca de eficiência na produção, como se a eficiência capitalista que gera necessariamente desemprego e exclusão social fosse a única forma de obter ganhos de produtividade e redução de custos. Por isso, sob a denominação de “tecnologia social” (DAGNINO, 2010), procuram-se tecnologias organizacionais e materiais que sejam adequadas à autogestão dos empreendimentos solidários, que se orientam por valores não mercantis.

No caso dos catadores, essa contradição é ainda potencializada pela posição que ocupam na cadeia produtiva e pelas condições de trabalho em que realizam a coleta e a separação dos materiais recicláveis. Cabendo-lhes a menor fração do valor agregado ao longo da cadeia produtiva da reciclagem, é questionável o quanto essa atividade seja uma alternativa à produção regulada pelo mercado ou se, de fato, eles servem como força de trabalho barata e precarizada para alimentar as grandes empresas que dominam os mercados dos materiais recicláveis. Essa crítica tem sido feita por vários autores que se debruçaram sobre a situação atual dos catadores e de suas associações (ver CONCEIÇÃO, 2003; BAPTISTA, 2006; LAYRARGUES, 2011) e revela limites reais da inserção dos catadores na cadeia da reciclagem em geral e, mais especificamente, nos sistemas integrados de gestão dos resíduos sólidos urbanos. Em longo prazo, as associações de catadores poderão não se sustentar se não se tornarem mais eficientes, sobretudo diante da valorização do lixo, que começa a atrair investimentos privados e destinações alternativas como a incineração com produção de energia.

Podemos resumir esse dilema pelo seguinte paradoxo: tudo se passa como se onde houver eficiência não existirá solidariedade e onde houver solidariedade não existirá eficiência. No entanto, antes de reconhecer, aqui, uma contradição no sentido forte do termo, isto é, a impossibilidade de coexistência entre eficiência e solidariedade, defendemos a hipótese de que esses dois termos se potencializam: a solidariedade é fonte de eficiência e a eficiência amplia a solidariedade. Nesse sentido, a eficiência mercantil que se desenvolve em contraposição às necessidades sociais é apenas aparente, como mostra a contabilidade social e ambiental que não se deixa lograr pelas externalidades econômicas, que nada mais são que jogar o lixo debaixo do tapete. Em vez de uma contradição ou oposição entre eficiência e solidariedade, trata-se mais de uma composição (STIEGLER, 2004) em arranjos sociotécnicos específicos, que resultam em formas de produção e de vida em sociedade mais ou menos humanas.

De modo geral, as dimensões técnicas do trabalho dos catadores, embora discutidas no âmbito da gestão integrada de resíduos sólidos, ainda são pouco sistematizadas em termos de tecnologias, logística, gestão, organização da produção e do trabalho. As pesquisas sobre o tema (ver, por exemplo, KEMP, 2001; DIAS, 2002; ANDRADE, 2004; FREITAS, 2005; BAPTISTA, 2006; MIURA, 2004; COSTA, 2007) exploram mais aspectos políticos e psicossociais. As decisões relacionadas à criação de associações de catadores parecem ser tomadas mais a partir da avaliação de aspectos políticos e ainda pouco se conhece sobre a fundamentação técnica dessas escolhas. Entendemos que é necessário explicitar melhor os produtos promovidos por essas iniciativas, assim como suas potencialidades e limitações técnicas e sociais, a fim de desenvolver alternativas e arranjos que sejam sustentáveis em cada local.

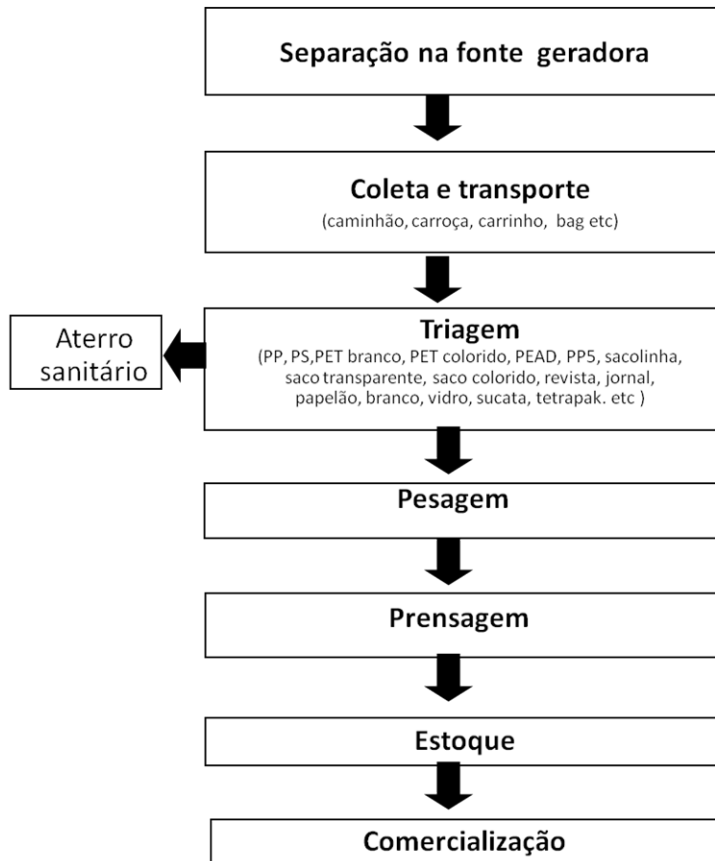
Este artigo sintetiza parte dos resultados de uma pesquisa realizada em três associações de catadores de Minas Gerais, a partir de observações etnográficas, com utilização de técnicas de análise da atividade (GUÉRIN, 2002). Os resultados detalhados estão descritos na dissertação de mestrado intitulada *Processos de Trabalho e produção de vínculos sociais: Eficiência e Solidariedade na triagem de materiais recicláveis* (OLIVEIRA, 2010).

---

<sup>1</sup> Com a crise do final dos anos 2010, a exclusão e o desemprego começam a atingir mesmo os países centrais, mostrando que a contradição entre produção mercantil e necessidades sociais é inerente ao capitalismo, assumindo formas mais graves nos países periféricos, o que determina diretamente o surgimento da atividade dos catadores.

## 2. Processos de Produção e Trabalho nas Associações

Considerado em suas grandes etapas, o processo de produção da reciclagem envolvendo os catadores vai da separação do lixo domiciliar ou separação em grandes geradores à comercialização dos materiais recicláveis que têm valor no mercado (FIG.1).



**Figura 1 – Processo produtivo das Associações de Catadores**

Na cadeia produtiva de reciclagem, os empreendimentos de catadores compreendem as atividades de coletar os materiais na fonte geradora e transportá-los até o galpão, onde são triados. Após o processo de triagem, os materiais que não são comercializados, os rejeitos, são encaminhados ao aterro sanitário e os demais são prensados de acordo com tipo, cor, forma e outros critérios exigidos pelo mercado. Depois de prensados, os fardos são armazenados até a formação do estoque necessário para comercialização. A FIG.1 ilustra o processo produtivo das Associações de Catadores.

Um dos problemas técnicos da reciclagem é a desarticulação das diferentes etapas do processo, nem todas sob o controle dos catadores, a começar pela separação do lixo pela população, segundo critérios do que ela acredita ser “reciclável”. Por outro lado, a separação dos materiais na fonte geradora, etapa inicial do processo que influencia a produtividade nas demais fases, não está necessariamente vinculada à etapa final realizada pelas associações de catadores, a comercialização. Ou seja: nem tudo que os geradores destinam aos catadores é passível de ser comercializado pelas associações devido à quantidade de

“rejeitos” (matérias orgânicas e materiais não recicláveis presentes no material coletado), pela inexistência de compradores ou pela inviabilidade técnica ou econômica, por exemplo, com preços de mercado muito baixos, como é o caso do isopor.

Internamente, um dos problemas das associações de catadores está na triagem dos materiais, que se apresenta como um dos principais gargalos da cadeia produtiva da reciclagem. Nessa etapa do processo, também se verificam complexas inter-relações entre aspectos técnicos e sociais na organização do trabalho e do processo de produção. A triagem é a principal operação responsável pela agregação de valor aos materiais que são coletados por meio de caminhões, carroças ou carrinhos.

O setor de triagem ocupa grande parte da mão de obra das organizações de catadores (nas associações analisadas, em torno de 50%, dependendo do arranjo organizativo, em sua maioria, mulheres). Por se tratar de uma atividade manual, baseada na força de trabalho humana, o aumento da produtividade na triagem apresenta uma série de limitações. Os empreendimentos buscam lidar com esse problema, que tem efeitos amplificados sobre a renda dos catadores, envolvendo a divisão de tarefas, o trabalho coletivo, as metas, as normas disciplinares e os sistemas de remuneração, além dos vínculos sociais entre os associados. Contudo, cada arranjo gera também diferentes conflitos, que são resolvidos em cada associação, resultando em diferentes formas de organização do trabalho.

A partir de estudos de Karl Marx<sup>2</sup>, sabemos que a tecnologia pode aumentar as forças produtivas do trabalho social e, assim, reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir um dado produto. Isso deveria liberar o trabalhador para atividades em que ele pudesse se desenvolver como individualidade social. No entanto, sob o capitalismo, toda a tecnologia é utilizada para aumentar a mais-valia e o que acontece, juntamente com o advento da mecanização, é a intensificação da força de trabalho humana. Essa intensificação pode ser física, quando o trabalhador está submetido ao ritmo da máquina, ou cognitiva, quando realiza uma atividade de vigilância (LIMA, 1998). Assim, as pessoas consideradas não aptas ao trabalho, que estão, portanto, abaixo dos desempenhos mínimos determinados de tempo de trabalho socialmente necessário de uma norma definida em um dado momento histórico, são excluídas do processo de produção – o processo de valorização submete o processo de trabalho intensificando-o continuamente. Por isso, o trabalho nas associações de catadores apresenta-se como uma das poucas atividades de trabalho para pessoas com capacidade física reduzida ou perdas funcionais (idosos, deficientes físicos, alcoolistas...), com baixo ou nenhum grau de escolaridade, consideradas pouco produtivas e inadequadas para conseguir empregos no mercado formal. Quando essas pessoas conseguem trabalho formal, são também atividades manuais, mas com regras (horário de trabalho, formas de pagamento mensal) e remuneração incompatíveis (às vezes, ganham menos no emprego que na atividade de catação) com as necessidades dessas pessoas em função da forma de vida que adotaram. Para alguns deles, ser catador torna-se, assim, uma opção de trabalho e uma forma de vida.

Como a proporção dos materiais destinados à coleta seletiva é reduzida, situação agravada pela má qualidade dos materiais que chegam aos galpões, as associações de catadores não conseguem aumentar a produção e o faturamento bruto. Esse conjunto de problemas – proporção limitada da coleta seletiva, má qualidade do material separado, baixa eficiência na triagem e faturamento reduzido –, estreitamente inter-relacionados, constitui um dos principais obstáculos ao desenvolvimento dos empreendimentos de catadores, e tem efeitos negativos sobre os rendimentos, aumenta a penosidade do trabalho e também os conflitos entre associados (LIMA e OLIVEIRA, 2008). Isso compromete ainda a eficiência ambiental, já que a quantidade de material aproveitado para a reciclagem também diminui.

---

<sup>2</sup> Ver, em especial, os capítulos X a XIII da seção 4 de *O Capital*.



### 3. A Triagem de Materiais Recicláveis

A partir de um estudo realizado em três associações de catadores (ACs), observou-se que os procedimentos que asseguram a mobilização da população e a coleta dos materiais recicláveis em cada local dependem das relações entre associações, prefeituras, geradores e outros parceiros. Os modos de organização da coleta têm efeitos diretos sobre a qualidade dos materiais que chegam às associações e, portanto, sobre a eficiência da etapa de triagem. Em todas as associações, a triagem dos materiais recicláveis é o setor que mais ocupa pessoas, sendo estas quase exclusivamente mulheres. Na associação A, 48% dos associados atuam na triagem, na associação B são 39% e na C, 52%.

A triagem é uma das principais etapas responsáveis pela agregação de valor aos materiais que são comercializados pelas associações. O preço dos materiais é definido pelo mercado de acordo com vários critérios, entre eles, cor, forma, tipo específico de material, presença de outros materiais (lacs, rótulo, tampa...), sujidade (terra, óleos...) umidade, etc. Assim, as associações organizam seu processo de produção baseando-se nesses critérios de mercado e também nas suas condições e estrutura, como espaço, instrumentos para triagem (ex. *bag*, contêiner), tempo para estoque dos materiais até a venda, tempo de trabalho para triagem e quantidade de triadores para o trabalho.

#### 3.1. Experiência e Estratégias dos Trabalhadores na Triagem de Materiais

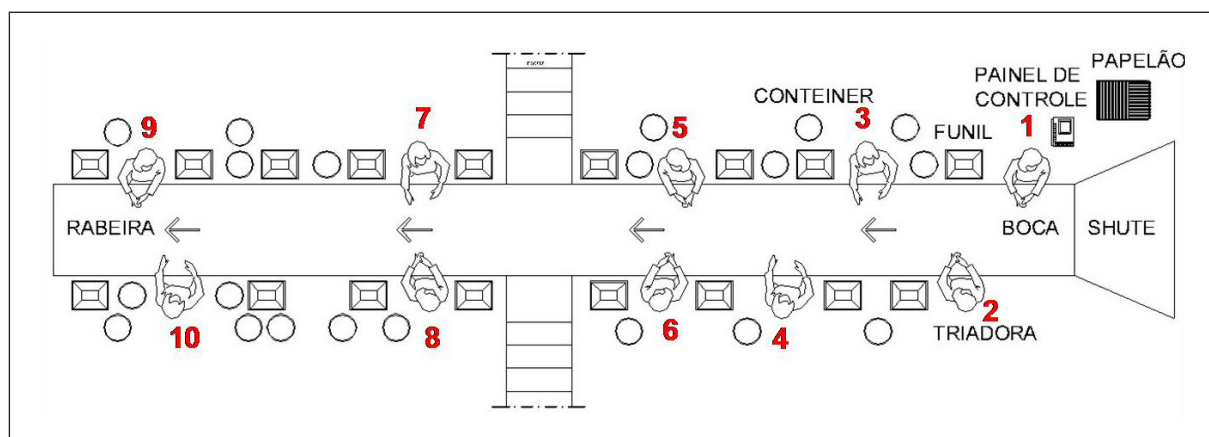
A eficiência do trabalho de cada catador é objeto de avaliação permanente entre os associados, envolvendo uma gama diversificada de variáveis físicas e psicossociais. Uma delas é a experiência acumulada pelos catadores, cuja atividade não é tão desqualificada como pode parecer a um observador externo. O reconhecimento das diferentes características dos materiais faz com que as triadoras adotem estratégias e modos operatórios distintos para a execução da tarefa de triagem, quando se manifesta a importância da experiência na execução do trabalho. Algumas triadoras, por exemplo, conseguem reconhecer a origem e antecipar a composição de cada lote. Isso permite a elas regularem sua atividade de forma a priorizar a triagem de determinados lotes nos quais identificam a presença de maior quantidade de matéria orgânica, o que pode provocar decomposição e perda do material, se estocado por muitos dias, além de atrair vetores de doenças e exalar mau cheiro, dificultando o manuseio.

De forma geral, os materiais oriundos de grandes geradores e centros comerciais apresentam-se menos misturados que os materiais coletados em bairros residenciais. Eles se caracterizam por uma menor diversidade de materiais e maior quantidade, o que facilita o trabalho na triagem. De acordo com as triadoras, é mais fácil separar um lote contendo pouca variedade de materiais, mesmo em quantidade maior, do que outro com muita variedade de materiais. No caso da associação A, o material oriundo dos grandes geradores é o que tem a menor taxa de rejeito – em torno de 5%. Os materiais provenientes da coleta domiciliar apresentam uma composição mais diversificada: são vários tipos de materiais, cada um em pequenas quantidades, sendo bem mais elevada a taxa de rejeito, que fica em torno de 40% do peso total. A presença de rejeito afeta negativamente a eficiência da triagem de diversas maneiras: exige da triadora esforço “improdutivo” em termos de movimentos inúteis e deslocamento de peso, uma vez que a separação do rejeito não resulta diretamente em material comercializável e, assim, em ganhos financeiros; ocupa espaço que poderia ser utilizado para separação de outros materiais recicláveis; em algumas situações, dependendo do tipo e da quantidade de rejeito, ele contamina os recicláveis que poderiam ser aproveitados e dificulta o acesso do trabalhador aos recicláveis porque aumenta a penosidade do trabalho (mau cheiro, presença de vetores indesejados) e também o risco de acidentes, como é o caso de vidro quebrado, seringas e agulhas.

As triadoras mais experientes também desenvolvem estratégias de disposição dos *bags* de forma a otimizar os movimentos para separação dos materiais e os espaços de triagem, normalmente pequenos e muitas vezes improvisados. Os materiais chegam ao galpão misturados e são empilhados no chão. Quando

embalados, os sacos são rasgados com a mão, às vezes com o auxílio de uma faca, e despejados no *bag*, que ela escolhe conforme a composição de materiais presentes no saco. Por exemplo, se a triadora percebe que num determinado saco a quantidade de papel revista é maior que a dos demais materiais, ela despeja o conteúdo no *bag* de revista e, em seguida, separa os demais materiais que não são revista. O posicionamento de cada *bag* obedece a uma lógica que considera o espaço disponível, o tipo e a quantidade de material a ser triado, que é estimado a partir da experiência da triadora com base na densidade de cada material e na frequência com que ele aparece nos sacos. Essas estratégias são desenvolvidas em empreendimentos nos quais a triagem é feita em *bags* ou no chão, como é o caso das associações A e B. Quando feita na esteira, as formas de organização da produção, os conflitos e as habilidades desenvolvidas são diferentes.

Na associação C, a triagem é feita na esteira, onde cada triadora assume uma posição que é alternada todos os dias. Cada trabalhadora é responsável por pegar um, dois ou até sete tipos de materiais, o que depende da posição de cada uma e do número de triadoras presentes no momento. Quando uma pessoa precisa sair, antes, ela deve comunicar a outra triadora ou pedir que alguém assuma o seu posto. Elas consideram importante o rodízio de posição/função para que todas aprendam a trabalhar com todos os tipos de materiais, evitando a sobrecarga numa mesma atividade, uma vez que algumas são consideradas mais cansativas que outras. Assim, o rodízio parece também uma forma de minimizar, ainda que parcialmente, os efeitos da atividade repetitiva, como dores osteomusculares. A FIG. 2, a seguir, mostra postos de trabalho e principais dispositivos da esteira de triagem da associação C.



**Figura 2 – Esteira de triagem de materiais**

Na esteira trabalham dez pessoas. Duas ficam posicionadas no início (postos 1 e 2) e são responsáveis por abrir os sacos com uma faca e pegar os plásticos branco, misto, “litro” (sucata) e alumínio. Uma delas (1) também pega os papelões grandes e, como ela fica mais próxima do painel de controle, também é responsável por controlar a velocidade da esteira, parando-a quando alguma triadora solicita ou na medida em que ela mesma percebe que é necessário, por exemplo, quando aquelas das primeiras posições não conseguem rasgar todos os sacos. Outra triadora (3) pega os plásticos filme, branco e misto, a sucata, que elas chamam de “caixote,” e ajuda a abrir as sacolas. Não existem limites precisos na divisão de tarefas. Embora cada uma delas tenha uma função definida pela posição, as triadoras dizem que todas trabalham tendo em vista a maior quantidade de material possível. Duas outras triadoras (4 e 5) são responsáveis por pegar o PET e também os plásticos branco e misto que as anteriores não conseguiram pegar. Elas têm que tirar as tampas das garrafas e abrir as sacolas que chegam até elas ainda fechadas e sacudir para procurar PET. Quando há algum papelão grande, elas o jogam em direção à primeira triadora e os papéis menores em direção à triadora responsável por pegá-los, situada à frente. Uma delas explica que, em algumas posições, elas **trabalham para todo mundo porque quem está na boca** (início da esteira) *não consegue abrir todos os sacos e quem está no plástico também*

*não consegue pegar todos.* Assim, ainda que cada uma tenha uma tarefa, elas acabam complementando a das outras<sup>3</sup>. Algumas triadoras (5 e 6), que se posicionam no centro, têm que espalhar os materiais na esteira de forma que se tornem mais visíveis para as demais triadoras. Outra pessoa (7) pega os papéis, separando-os em branco, misto e mistão (tipo de papelão de menor qualidade, que inclui também papéis molhados). Algumas trabalhadoras consideram essa posição uma das mais trabalhosas porque, além dos papéis passarem na esteira com frequência, o que exige muitos movimentos com os braços, muitos tipos ainda têm que ser rasgados ou desmembrados para a retirada de cola ou arames que possam estar presentes.

Aquelas triadoras que se posicionam próximo ao final da esteira, na rabeira, têm que pegar os materiais que as triadoras anteriores não conseguiram pegar. Por isso, os três postos finais (8, 9 e 10) são os que concentram o maior número de contêineres: PEAD colorido e branco, PP, vidro, alumínio. Quando as triadoras não conseguem pegar, elas pedem para desligar a esteira. Segundo elas, quando a equipe está completa, *“o material já chega na rabeira ralinho, mas, quando tem muito material ou quando falta gente, aí é difícil e tem que ficar parando a esteira toda hora...”*

As triadoras observam diferenças nas exigências de cada tarefa e admitem ter preferências por algumas posições. Em alguns casos, a experiência da triadora em outras atividades da associação, por exemplo, nas vendas, permite ter uma visão ampliada do processo e aumentar a eficiência do mesmo.

O sistema com esteira de triagem é equivalente à linha de montagem criada por Ford no início do século XX. Ela se constitui em um mecanismo que controla o ritmo de trabalho, obrigando todos os trabalhadores a realizarem suas tarefas em uma mesma cadência. No entanto, as próprias triadoras reconhecem que há diferenças na capacidade de produção de uma e de outra, que também muda em dias diferentes. *“Não é todo dia que a gente está bem disposta”*, diz uma triadora. Elas acreditam que *“não podem cobrar muito das colegas”* quando observam que não estão trabalhando bem, mas dizem que tentam estimulá-las a produzir o máximo.

Ainda que as triadoras tentem avaliar a produção uma das outras, seja na esteira, por exemplo, pela quantidade de vezes que se pede para parar, ou nos sistema de *bags*, pela quantidade de material que se consegue separar, o esforço do trabalho não pode ser avaliado em todos os seus aspectos de forma que permita afirmar quando se trata de “corpo mole” ou “morcegagem”<sup>4</sup>. Isso porque a atividade realizada, o esforço resultante, as condições da situação e da própria catadora são, em última instância, invisíveis, ainda que possam ser percebidos por sinais comportamentais.

Esse problema de avaliação (e de controle do trabalho) se coloca desde que a relação salarial separou a propriedade privada da força de trabalho de sua utilização. Hobsbawm (1974) mostra como se dá a definição da carga de trabalho e da remuneração na passagem dos costumes prevaletentes nos ofícios medievais às normas do assalariamento. Tal avaliação comporta uma complexidade de *valores sem dimensões* (SCHWARTZ, 2011) e fatores impossíveis de serem mensurados, sobretudo se considerados em sua heterogeneidade e suas inter-relações, como aspectos fisiológicos, velocidade de trabalho, esforço que um homem pode manter indefinidamente, permitindo resultados durante e entre dias de trabalho ou turnos; aspectos sociais, como a necessidade de um grupo ‘co-operar’, permitindo a permanência de membros mais lentos; aspectos morais, como o orgulho que o homem tem em fazer um trabalho tão bem quanto pode; aspectos econômicos, como com quanto trabalho se pode ganhar um “justo salário”; aspectos históricos relacionados a um ofício (HOBBSAWM, 1974). De qualquer forma, grande parte dos conflitos entre associados está relacionada à tentativa de ajustar a remuneração à produtividade individual. Assim, as regras de produção e distribuição da renda em cada associação tentam lidar com esses conflitos e, ao mesmo tempo, com a exigência de produtividade da associação.

---

<sup>3</sup> A cooperação entre trabalhadores de linha de montagem existe também nas empresas capitalistas. No entanto, isso acontece apenas nos limites dados pela organização do trabalho determinada pelos técnicos de tempos e métodos, muitas vezes de forma clandestina. Na associação de catadores, a cooperação é reconhecida como necessária para ajudar os colegas e melhorar a eficiência da triagem. O rodízio entre funções, além de garantir uma distribuição equitativa da carga de trabalho, permite o desenvolvimento da polivalência que sustenta a cooperação entre catadores que ocupam postos diferentes.

<sup>4</sup> Expressão utilizada pelos catadores para se referir àqueles que supostamente se dedicam menos do que poderiam e, assim, se aproveitam do trabalho e do esforço alheios.

## 4. Sistemas e Regras de Remuneração: “Uns não podem trabalhar para os outros”

A remuneração por produção, segundo Marx, é o sistema de salário mais adequado ao capitalismo, uma vez que incentiva os trabalhadores a manter um ritmo acelerado de trabalho sem que seja necessário lançar mão de recursos coercivos ou mesmo da supervisão dos trabalhadores (HOBSBAWM, 1974). No caso das triadoras, a remuneração normalmente é vinculada à quantidade produzida e as retiradas são feitas conforme critério de cada empreendimento. Algumas associações adotam o sistema de metas, definindo uma tarefa mínima por dia para cada associado. Outras distribuem as sobras de acordo com o tempo de trabalho de cada um ou, ainda, com base na quantidade produzida por cada triadora.

Na Associação B, cada meta/tarefa realizada corresponde a um número de horas, que são somadas ao longo de 30 dias, de acordo com a frequência de cada associado. Ao final desse período, depois que os materiais são vendidos, descontam-se as despesas e a sobra é dividida pela soma de horas trabalhadas naquele período por todos os associados. Assim, tem-se o valor da hora do mês, que é multiplicado pela soma de horas de cada associado para se chegar ao valor da remuneração individual. A meta de triagem de cada triadora são 12 bags por dia, e equivale às nove horas de trabalho. Além dessa meta, cada associado tem uma tarefa extra que é chamada de “0800”. Esta não é somada ao valor de horas trabalhadas, mas o associado que não a cumpre perde três horas. Ela tem o objetivo de aumentar o valor da hora da associação, uma vez que aumenta a produção sem aumentar o número de horas a serem pagas. O mesmo acontece com os mutirões, realizados quinzenalmente aos sábados, quando cada associado tem uma tarefa definida, que não é contabilizada na quantidade individual de horas trabalhadas. Aqueles que faltam aos mutirões perdem nove horas, ou seja, um dia de trabalho. A TAB. 1 apresenta as metas de cada setor e a remuneração ou punição equivalente.

Tabela 1 – Metas de produção por função na associação B

Função	Tarefa diária	Número de horas equivalentes	Tarefa em dias de mutirão (quinzenal)
Triadora	Triar 12 <i>bags</i>	9 horas	Triar 10 <i>bags</i>
	Triar 10 sacos de copinhos ou 2 <i>bags</i> de gráfica	“0800” - o descumprimento implica perda de 3 horas	
Triadora de material dos grandes geradores (feita em dupla definida de acordo com uma escala)	Limpar e triar todo o material que chega no dia (aproximadamente 900kg de plásticos)	9 horas	Limpar e triar todo o material que chega no dia (aproximadamente 900kg de plásticos)
	Triar 10 sacos de copinhos ou 2 <i>bags</i> de gráfica	“0800” - o descumprimento implica perda de 3 horas	
Catador de rua	Coletar 260kg (serão descontados 20kg pelo <i>bag</i> e 20kg de resíduos, contabilizando, portanto, 220kg)	9 horas	Mulheres triam 10 <i>bags</i> Homens organizam o galpão, prensam ou coletam material em grandes geradores – das 6h às 12h
	Limpar um fardo de material da Itambé, desfazendo-o e triando-o.	“0800” - o descumprimento implica perda de 3 horas	
Prensista	10 fardos	9 horas	8 fardos
	Limpar um fardo de material da Itambé	“0800” - o descumprimento implica perda de 3 horas	
Ajudante de caminhão	Coletar material em doadores, fazer carga das 6h às 15h	9 horas	Coletar material em doadores, fazer carga das 6h às 12h
	Trabalhar das 15h às 17h	“0800” - o descumprimento implica perda de 3 horas	
Administrativo	Trabalhar das 6h às 15h Buscar material na Itambé, vender material, fazer pagamentos e outras funções administrativas	9 horas	Buscar material na Itambé, vender material, fazer pagamentos e outras funções administrativas das 6h às 12h
	Trabalhar das 15h às 17h	“0800” - o descumprimento implica perda de 3 horas	
Ronda	Vigiar o galpão em dias alternados, das 18h às 6h	9 horas todos os dias	–

O horário de trabalho dos associados, com exceção do ronda, começa às 6h, sendo tolerado o atraso máximo de 10 minutos. Aqueles que chegam após 6h10 sem justificativa são impedidos de trabalhar no dia e, ao final do mês, são descontadas nove horas referentes ao dia em que faltou e mais nove horas, ou seja, cada dia de falta é punido com desconto equivalente a dois dias. As justificativas são aceitas apenas com a apresentação de comprovação formal, como atestado médico ou declaração judicial e, mesmo nesses casos, o associado ainda perde nove horas do dia não trabalhado.

A produção que excede a meta é também convertida em horas e contabilizada à parte no que eles chamam de “cantinho”. Desse valor, o associado recebe apenas 50%. A outra parte fica para a associação. O objetivo dessa regra, segundo os associados, é garantir um nivelamento na remuneração, ou certa “igualdade no grupo”, evitando diferenças muito grandes entre um associado

e outro. Porém, esse critério desestimula os associados a produzir além da meta, ou seja, o coletivo acaba limitando a produção individual dos seus membros. Existem situações em que um membro tenta sobressair ao grupo, como foi o caso de um catador que, depois de assegurar a meta mínima estabelecida pela associação, estava vendendo os materiais excedentes para um atravessador da cidade. O grupo descobriu a fraude e advertiu o associado de que, caso mantivesse aquele comportamento, seria expulso.

O sistema de metas na associação B foi criado há cerca de cinco anos. Antes, a remuneração era contabilizada de acordo com o número real de horas que cada um trabalhava. Segundo os catadores, essa forma provocava muitos conflitos porque algumas pessoas passavam o dia “enrolando” enquanto outras produziam muito e, ao final do mês, todos recebiam o mesmo valor-hora. Tal sistema desestimulava os mais produtivos, e a produção coletiva era pequena. Para resolver tais conflitos, a associação passou a controlar a produção individual dos associados. A produção diária de cada catador foi medida durante algumas semanas e foram verificadas diferenças significativas entre um triador e outro. O grupo discutiu a possibilidade de se remunerar de acordo com a produção de cada um, por produção (peso de material triado) ou tarefa, mas considerou que, se não houvesse um esforço mínimo, tanto os mais produtivos quanto os menos seriam prejudicados, uma vez que o resultado global da associação depende de todas as etapas. Se o grupo não consegue assegurar uma quantidade mínima, a associação fica sem condições para pagar suas despesas e distribuir sobras aos associados. A saída encontrada foi a criação das metas mínimas de produção para cada função, o que forçou o aumento da produção de alguns associados.

As metas podem se alterar de acordo com o contexto. Por exemplo, durante uma epidemia de dengue, a prefeitura proibiu o estoque de material solto (não prensado) no galpão. Por isso, a associação aumentou a meta, criando o “0800” diário e os sistemas de mutirões quinzenais aos sábados. O mesmo aconteceu no período de crise econômica, em 2008. Os preços dos materiais caíram e os catadores tentaram compensar a queda da renda aumentando as metas e os mutirões. Há também situações em que a meta é reduzida para que os associados possam participar de reuniões e outros tipos de eventos que a associação considera importantes.

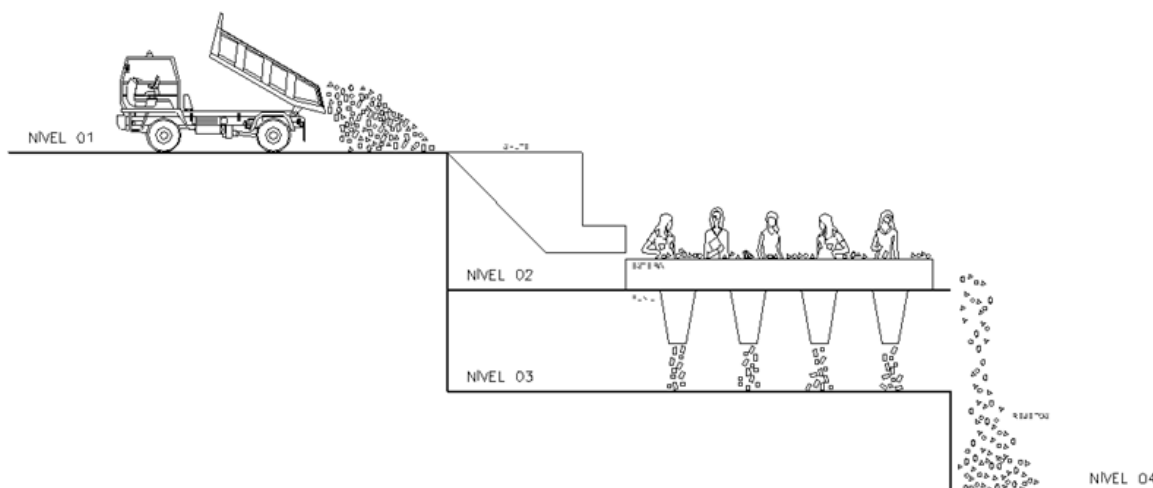
Alguns associados acreditam que o sistema de metas estimula a produção pela possibilidade de o trabalhador terminar mais cedo e poder ir embora. A maior parte das triadoras consegue terminar a triagem de 12 *bags* por volta de 10h ou 11h. Em seguida, começam a tarefa “0800”, limpeza de copinhos ou a triagem de papel, que terminam por volta de 12h. A tarefa “0800,” por opção das triadoras, muitas vezes é feita em grupo. Aquelas que terminam primeiro sentam-se em círculo e triam juntas a soma das metas de cada uma. Elas avaliam que o trabalho em grupo otimiza o espaço dentro do galpão e é mais agradável porque elas conversam e “*a hora passa sem ver*”. No entanto, observam que em grupo elas gastam mais tempo do que se cada uma fizesse o trabalho individualmente porque, segundo elas, há sempre algumas que “encostam mais”, vão ao banheiro, saem para buscar café, etc. Por isso, quando alguém precisa sair mais cedo, tria o material individualmente. A atividade de trabalho não se resume à agilidade ou eficiência econômica estrito senso, mas serve também para construir relações interpessoais que, em retorno, tornam o trabalho mais fácil, ainda que o esforço não seja distribuído de forma equitativa, pois se admite que algumas colegas “morceguem” mais. Tolerância, eficiência e prazer (ou menos desprazer) no trabalho se combinam de modo diferenciado, o que não cabe mais em uma equação com variáveis homogêneas e equivalentes.

O taylorismo reduz o trabalho à simples dimensão física dos tempos e movimentos e, dessa forma, o torna repetitivo e monótono, menos interessante e mais entediante, além de permitir um controle mais fácil através de vigilância direta da chefia ou da fixação de tempos padrões e de normas de produção. O trabalhador passa não mais a executar um trabalho, mas a realizar uma tarefa. Em um trabalho qualificado, a aprendizagem ajuda a diminuir a carga de trabalho; no trabalho desqualificado, desprovido de conteúdo, o aprendizado só pode ser o de aprender a fazer mais rápido. “Por isso, para se ver livre de

um trabalho sem nenhum sentido, o trabalhador entra num processo de autoaceleração [...]. Como as tarefas são simples, aprender se reduz ao desenvolvimento de esquemas práticos ou habilidades motoras em que o controle consciente, que é próprio do trabalho humano, deixa de exercer um papel importante” (LIMA, 1997). Compreende-se por que as triadoras “gostam” de conversar para fazer o tempo passar, uma vez que o trabalho de triagem não as solicita inteiramente. No entanto, quando precisam agilizar o trabalho, as conversas “atrapalham” e elas preferem, então, trabalhar sozinhas. Outros associados, sobretudo os homens, conforme veremos adiante, não compreendem a função dessas conversas, preconceituosamente desqualificando-as como tagarelice de mulheres, nem como as triadoras se servem delas durante o trabalho.

Assim, as conversas, brincadeiras e até mesmo o que é chamado de “fofoca” podem funcionar como mecanismos de regulação do trabalho repetitivo, capazes de alterar a percepção de tempo, do esforço e também mantê-las “acordadas”. Algumas contam que, quando trabalham pensando em algum problema ou com “a cabeça na lua”, acabam errando o local de jogar os materiais.

Na associação C, o setor de triagem opera em dois turnos. O primeiro funciona das 6h às 14h, com uma pausa de 15 minutos, por volta de 8h30, e outra para o almoço, das 11h às 12h. O segundo turno funciona das 14h às 22h, com uma pausa de 15 minutos às 16h30 e um intervalo para o jantar das 19h às 20h. Dois grupos, que se alternam em turnos a cada semana, são formados por 10 triadoras, *um shuteiro* e um ajudante que fica no nível do chão, sob a esteira (ver FIG. 3), recolhendo os bags na medida em que enchem e levando-os para o galpão de prensagem.



**Figura 3 – Esteira da associação C - vista lateral**

As triadoras avaliam que a alternância dos turnos de trabalho é positiva porque lhes permite realizar outras atividades relacionadas à vida doméstica, como ir ao médico, pagar contas, etc. Os associados que estudam podem trabalhar em turno fixo.

Os rendimentos são distribuídos igualmente entre todos os associados, sendo descontadas as faltas e horas perdidas daqueles que, por qualquer razão, tenham saído mais cedo. Da mesma forma que na associação B, a falta sem apresentação de atestado médico implica a perda de um dia de trabalho, além do que não foi trabalhado. A apresentação de atestado não abona a falta, apenas impede o desconto de um dia trabalhado. Os atestados de acompanhante, como mães que levam os filhos ao médico, não são válidos.

Os atrasos são permitidos até o limite de 30 minutos acumulados ao longo do mês. Acima disso, o associado é proibido de trabalhar no dia e a cooperativa registra a falta. A associação C tem uma escala de folgas. Periodicamente duas pessoas têm direito a três dias consecutivos de descanso. O grupo entende que a saída antes do final do horário compromete a produção do coletivo e, assim, todos saem perdendo. Por isso, aqueles que saem mais cedo, completando sete horas em um mês, perdem o direito à folga, além das horas não trabalhadas.

Tanto as triadoras da associação C, quanto as da associação B relatam dores no corpo, que elas associam ao esforço realizado no trabalho. Na associação C, muitas se queixam de dores nos braços e ombros, em especial aquelas que trabalham na esteira desde a fundação da associação, há 11 anos. Sabemos que os efeitos do trabalho repetitivo se dão a médio ou longo prazo. Os cooperados consideram que a esteira é indispensável no processo de triagem, uma vez que o material que chega à cooperativa ainda contém muito rejeito. A esteira facilita o transporte dos materiais, evitando o esforço de despejá-los e recolhê-los, como acontece na associação A e na B, que triam no chão. Ela também estabelece e controla o ritmo de produção das triadoras, funcionando como um chicote mecânico (MORAES NETO, 1991). Contudo, é importante considerar os impactos do trabalho repetitivo sobre a saúde das triadoras, na avaliação da eficiência do modelo adotado pela associação C.

As triadoras da associação B se queixam mais de dores nas pernas e nas costas e, às vezes, de dor de cabeça devido ao sol. Elas tentam agilizar o trabalho para acabar mais cedo, antes de o sol esquentar muito. As triadoras dizem que se sentem mais cansadas quando trabalham na limpeza do material de um determinado gerador do ramo de laticínios. É um tipo de material que tem mais rejeito e que não pode ser armazenado. Por isso, a tarefa consiste em limpar toda a carga do dia, o que exige que as triadoras sejam mais rápidas do que normalmente são na triagem de outros materiais. O índice de rejeito é um fator fundamental na análise da eficiência do processo, uma vez que o custo da sua operacionalização, tanto no sistema de triagem em bags quanto na esteira, é alto. Raramente as triadoras fazem uso de luvas no processo de separação e, quando o fazem, são luvas de látex ou de tecido, não adequadas ao tipo de trabalho, uma vez que retiram a sensibilidade necessária para a realização da atividade, e grudam nos materiais, especialmente rejeitos úmidos, atrapalhando o processo.

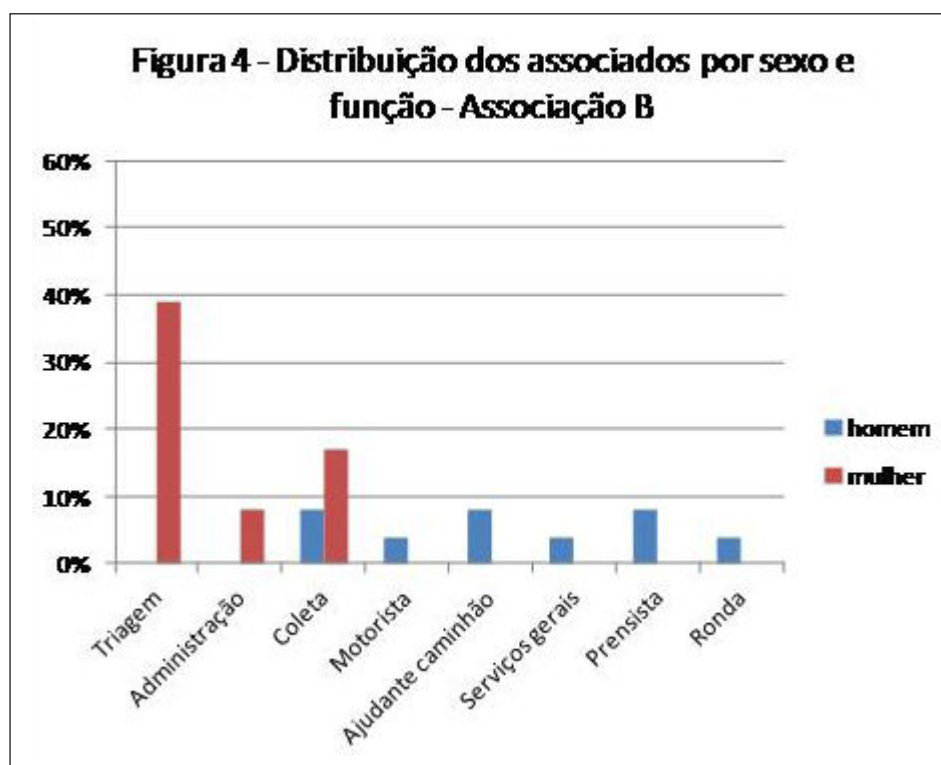
As triadoras dizem ter se “acostumado” com o trabalho pesado e o mau cheiro dos materiais, no entanto, atribuem a isso o fato de muitas pessoas novatas não permanecerem na associação. Aqui, podemos observar uma contradição também identificada no que Hughes (1951, *apud* LHUILIER, 2009) chama de “trabalho sujo”. Se, por um lado, os catadores afirmam suas identidades como “agente ambiental” ou “catador de material reciclável” em contraposição a “catador de lixo”, por outro, muitos também revelam o desejo de desempenhar outros tipos de atividade, admitem viver situações em que omitem sua identidade de catador e desejam que os filhos não sejam catadores, melhor dizendo, esperam que eles tenham possibilidades de escolher outra profissão - opção que eles próprios, pais, nem sempre tiveram. Não nos deteremos nesse ponto, que ainda deve ser aprofundado, mas é importante reconhecer que, embora tenha avançado, a atividade dos catadores ainda é precária. Alguns autores analisam que o reconhecimento conquistado pelos catadores, evidenciado, por exemplo, pelas políticas públicas, seria alcançado, na verdade, por estratégias necessárias de manutenção de exploração econômica de uma tarefa socialmente desvalorizada e sem futuro (CONCEIÇÃO, 2003; BAPTISTA, 2006; SOUZA, 2009; LHUILIER, 2009).



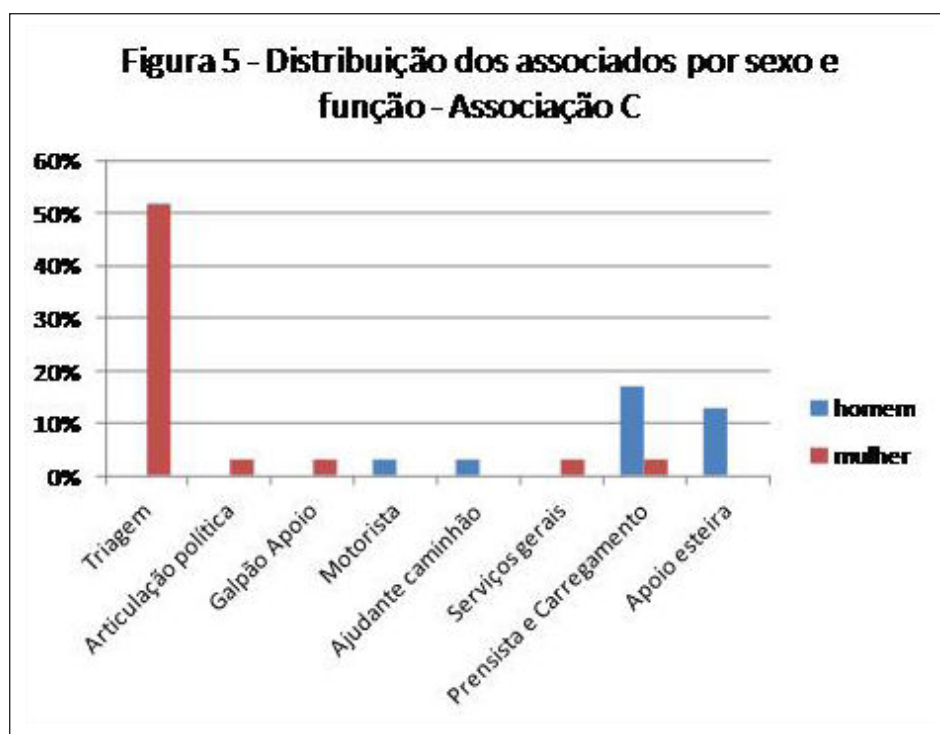
## 5. Divisão do Trabalho Social, Gênero e Solidariedade

Desde suas formas mais primitivas, o trabalho é uma atividade social, realizada em conjunto, de forma cooperativa, compartilhada, como acontece entre os povos caçadores. Por isso, certa divisão do trabalho sempre existiu como forma de assegurar a existência material e social dos indivíduos<sup>5</sup>. No entanto, ela não pode ser confundida com a divisão social do trabalho, que diferencia e subjuga uma classe a outra. Diferente da divisão do trabalho social que preservava a integridade das funções, a divisão social do trabalho se dá em função da possibilidade do aumento de apropriação do excedente, no caso do capitalismo, sob a forma da mais-valia. Ela recorta a atividade tanto no sentido vertical (separa a atividade intelectual do trabalho manual) quanto no horizontal (estabelece mandantes e mandados) e daí nasce a repetitividade do trabalho, parcelado, a perda da autonomia e a possibilidade de aumento do controle coercitivo (LIMA, 1997). A desqualificação do trabalho é um dos principais mecanismos que servem ao capital para controlar os trabalhadores na medida em que uma tarefa simples pode ser aprendida rapidamente e realizada por qualquer pessoa, sem necessidade de força ou habilidades especiais. Uma das formas em que se manifesta a divisão social do trabalho é a divisão sexual do trabalho ou diferenciação de funções segundo os gêneros.

Nas associações de catadores, algumas funções são consideradas “femininas”. Tanto na associação B quanto na C, as mulheres representam 63% dos associados, repetindo a proporção mais elevada de mulheres entre os catadores de modo geral. No entanto, quando se comparam funções dentro da associação, verifica-se que existem proporções extremamente variáveis (FIG. 4 e FIG. 5). O setor de triagem, por exemplo, é composto quase exclusivamente por mulheres, como se pode ver nas figuras abaixo, que apresentam a distribuição relativa de homens e mulheres em cada função (percentual em relação ao número total de associados).



<sup>5</sup> Segundo Marx (2011), o homem só pode individualizar-se em sociedade.



Os resultados apresentados nesses gráficos revelam alguns padrões significativos da divisão sexual do trabalho: (1) são poucas as tarefas em que tanto homens como mulheres trabalham (apenas uma em cada associação); (2) as mulheres estão fortemente concentradas na triagem, que não conta com nenhum homem; (3) atividades de operação de máquinas (prensa e condução de caminhão) são quase predominantemente realizadas por homens; (4) assim como tarefas que exigem mais força física (apoio à esteira, carregamento de caminhão, prensa). Aqui também, em função de características do processo de produção, ainda dependente de força física, a divisão do trabalho, que aparece como uma divisão sexual, depende de cooperação entre os associados. É possível, por exemplo, que uma mulher opere uma prensa, desde que conte com a ajuda de seus colegas para deslocar fardos que pesam cerca de 300 kg. No entanto, a triagem, que cabe às mulheres por ser considerado o trabalho mais leve, acaba sendo naturalizada como “trabalho feminino”, por exigir cuidado e habilidade manual, competências socialmente atribuídas ao gênero feminino. Na verdade, o trabalho de triagem é mais leve apenas quanto a exigências de força muscular, sendo extremamente penoso se se consideram exigências posturais, de movimentos repetitivos e de atenção.

As diferenças do papel social que homens e mulheres desempenham, assim como o desconhecimento dos mecanismos de regulação do trabalho de um e de outro, parecem induzir à formação de valores e juízos preconceituosos, que geram conflitos nos empreendimentos. Na Associação B, alguns homens se queixam de que as triadoras, todas mulheres, trabalham menos tempo que eles e ganham o mesmo valor. A meta de produção dos ajudantes de caminhão (ver TAB. 1) é contabilizada de acordo com as horas de trabalho e não por tarefa cumprida, como ocorre com as triadoras. Assim, enquanto parte das triadoras termina a meta por volta de 13h e vão embora, eles não podem sair antes de 15h ou 17h, sob o risco de perder nove ou três horas. As triadoras reconhecem que o trabalho dos homens exige mais esforço físico, mas entendem que é justo que elas saiam mais cedo porque, diferentemente dos homens, elas ainda cumprem compromissos domésticos.

*Eles trabalham muito mesmo... mas quando chegam na casa deles... eles não fazem mais nada e nós temos que fazer comida... olhar menino... arrumar a casa... eles já não fazem isso... é sempre a mulher... a mãe ou uma irmã que faz pra eles... (Triadora)*

A lógica do mundo moderno, no qual as esferas da vida são fragmentadas entre o público e o privado, entre o trabalho e a casa, parece incompatível com a existência dos indivíduos, cuja vida é o conjunto de todas essas esferas, em que o tempo do trabalho interfere na vida doméstica e vice-versa. Em sua argumentação, as mulheres se apoiam na divisão social de tarefas entre gêneros, que lhes impõe uma segunda jornada de trabalho, o que não se justificaria, segundo os homens, por se tratar de questões privadas e não da associação.

*Elas falam que tem serviço de casa... mas o que que isso tem a ver? São coisas separadas... serviço de casa e aqui... não pode misturar. (Associado)*

Algumas triadoras dizem que prefeririam ganhar menos, mas ir embora mais cedo. Dizem que, se voltassem ao sistema de horas, elas acabariam “enrolando” e não necessariamente produzindo mais. Justificam que a possibilidade de ir embora mais cedo as estimula a produzir mais rápido. Por isso elas evitam interrupções, muitas vezes, deixando de lanchar, ir ao banheiro, fumar... Aqui, a triadora parece reivindicar o direito de apropriar-se do tempo que ela consegue economizar no próprio trabalho, ainda que isso represente um trabalho mais intenso, sem pausas.

Na associação C, os homens que trabalham no galpão de prensagem e no carregamento do caminhão acreditam que as mulheres sejam mais “acomodadas”, uma vez que elas “conversam demais” e “se distraem muito”, por exemplo, olhando roupas que encontram no lixo.

A naturalização da divisão sexual do trabalho é evidente, tanto para os homens quanto para as mulheres. Todos reconhecem as diferenças entre o trabalho na triagem e na prensa/carregamento, e buscam estabelecer uma equivalência, (“mulher tem mais paciência e jeito”; “homem tem mais massa muscular que aguenta isso”) própria da lógica do mercado, dentro da qual, sabemos a partir de Hobsbawm (1974), ser impossível mensurar o esforço de cada um.

No caso da associação B, um dos associados considera que a exigência do aumento no tempo de permanência das triadoras na associação poderia sobrecarregá-las, provocando a evasão e o aumento de faltas, conforme atestado, segundo ele, em formas anteriores que não funcionaram. O associado defende o atual modelo de metas como forma de preservar a força de trabalho das triadoras e assegurar a produção da associação.

As regras, muitas vezes rígidas, sobretudo as punições referentes a faltas e atrasos, são alternativas encontradas para lidar com o cansaço físico e a penosidade do trabalho, muito embora essas faltas sejam percebidas como irresponsabilidade. Assim, observamos que, em algumas situações, a manifestação das individualidades é reprimida pelo grupo na medida em que ameaça sua produtividade. Por outro lado, a aplicação das regras disciplinares também exige cuidado.

## 6. Disciplina e tolerância: “Levando ao pé da caneta não fica ninguém”

Se, por um lado, as regras são importantes para assegurar o funcionamento da associação e certa coesão do grupo, por outro, a sua aplicação exige cautela e, em alguns casos, flexibilidade. Os catadores reconhecem que não é possível tratar todos da mesma forma e que é necessário construir arranjos que atendam, ao mesmo tempo, às necessidades do coletivo e às especificidades de cada indivíduo. Conforme relata um associado, é preciso ter paciência, dar chances e orientar: “levando no pé da caneta... se você for apurar tudo... se não der uma chance nos primeiros momentos... não fica ninguém”.

A paciência e a disponibilidade para criar novos arranjos e “soluções” são importantes para o desenvolvimento dos indivíduos e refletem na produção do coletivo. A demonstração de interesse em permanecer na associação é uma condição importante na avaliação do grupo no momento de aplicar as regras. Da mesma forma, a qualidade do trabalho e as necessidades socioeconômicas de cada pessoa também são consideradas.

Existem diversas situações em que as associações conseguem criar arranjos alternativos que permitem a permanência de pessoas idosas e com limitações. Na associação A, por exemplo, os idosos e as mulheres grávidas trabalham num espaço que eles chamam de “asilo”. Trata-se de um local para onde são levados os materiais de melhor qualidade (normalmente oriundos de escritórios ou empresas comerciais), cuja triagem exige um esforço menor. Na associação C, quando grávidas, as triadoras podem realizar o trabalho de faxina em vez da triagem na esteira. Nessa mesma cooperativa, um associado de 57 anos, que não conseguia mais pegar peso, ficou encarregado das funções de consertos elétricos, mecânicos, vendas de vidro e separação de sucatas.

O reconhecimento das particularidades e da história de cada um se apresenta na forma de aplicação das regras e em seus conflitos. Conforme podemos observar, a tolerância com algumas “falhas” ou “deficiências” é importante para o desenvolvimento dos indivíduos. Uma vez que a associação busca conciliar as especificidades de seus associados às necessidades de produção, considerando a possibilidade de ajustes na esfera individual e coletiva, desenvolve também espaços de comunicação entre os associados.

[...] se não deu certo aqui põe de lá... ali... aí vai passando o tempo... associação tem isso... você não pode mandar embora... então você tem que experimentar em outro lugar... dar outra chance... tem gente que é assim... você vai orientando ele e... de repente... ele fica bom de serviço... é onde as reunião ajuda muito... pela conversa do outro a gente aprende a colocar as coisas no lugar... tem coisa que um fala que serve pra gente... (Prensista)

Como as decisões são tomadas pelo coletivo, o trabalho na associação requer o desenvolvimento de competências relacionadas à negociação. Algumas pessoas relatam que depois que entraram para a associação “aprenderam a conversar”, lidar melhor com problemas e se tornaram “menos ignorantes”. Os associados também avaliam que o trabalho na cooperativa ou associação, atualmente, é mais reconhecido socialmente que outras atividades, por exemplo, a de trabalhadora doméstica. Alguns atribuem tal reconhecimento à história de luta e organização social, especialmente através do Movimento Nacional dos Catadores, como afirma uma catadora da associação C. “Aqui a gente é reconhecido... a gente trabalha pro meio ambiente”.

Se, por um lado, essas associações conseguem produzir identidades valorizadas, por outro, revelam também os limites de um modelo “alternativo” inserido numa economia capitalista hegemônica. Mais uma vez, observamos a contradição entre o reconhecimento conquistado pelo trabalho e, ao mesmo tempo, a sua precariedade.

## 7. Considerações Finais

O atual modelo de reciclagem no Brasil deve sua amplitude à situação de pobreza de grande parte da população, que se submete às condições precárias de trabalho e a partir delas transforma lixo em riquezas, constrói valores e possibilidades de vida em comum. Essas associações apresentam uma forma de organização complexa, em que diversos aspectos de natureza técnica, econômica, política e social estão entrelaçados e influenciam uns aos outros.

Observamos que eficiência e solidariedade coexistem nas associações de catadores e se expressam por meio de conflitos entre a lógica mercantil e lógicas não-mercantis. Os limites dessa discussão se estabelecem, entre outros aspectos, na diversidade de arranjos e possibilidades em cada associação, de acordo com sua história, e o contexto envolvido, que implicam análises distintas.

Como sistema sociotécnico, a triagem não pode ser analisada sem articular processos técnicos de trabalho e relações sociais. A questão sobre qual forma de triagem (duas etapas ou uma, esteira, bancada, silo, chão) é a mais eficiente ainda permanece sem resposta e deverá ser objeto de pesquisas mais específicas. Essas opções, aliás, são fonte de muitas controvérsias, por exemplo, entre os catadores e os gestores públicos, que tentam impor um modelo único de organização às associações, desconsiderando as dimensões sociais relacionadas à sua história e ao perfil dos associados (mais idosos, mulheres, portadores de deficiência). Se se considerarem as relações entre o processo técnico e as relações sociais (entre o subsistema técnico e o subsistema social, nos termos da sociotécnica), a questão sobre qual sistema de produção é “mais eficiente” se torna mais complexa, de fato, insolúvel, se formulada fora dos nexos sociais. Com efeito, como comparar uma associação com pessoas mais jovens que preferem trabalhar com esteira a uma outra, com pessoas mais idosas ou com deficiências mentais, que optou por trabalhar com postos de triagem improvisados no chão? Impor um modelo único significa arriscar-se a passar por cima desses arranjos que, às vezes, propiciam “ótimos” locais, dadas as circunstâncias e especificidades de cada associação. Esse princípio não impede que se façam comparações, mas exige cuidado para “transferir” a experiência de uma associação à outra.

Entendemos que os resultados apresentados neste estudo não podem ser generalizados para todos os empreendimentos solidários, uma vez que eles se organizam a partir de realidades distintas e configuram diferentes formas econômicas que devem ser analisadas em suas particularidades. Acreditamos que a contribuição deste trabalho tenha sido no sentido de mostrar concretamente como as relações de solidariedade se articulam ao processo de produção no interior das organizações pesquisadas, reconhecendo precisamente os arranjos que cada uma desenvolve ao longo de sua história.

Apesar das precárias condições materiais que os catadores enfrentam, o trabalho na associação confere identidade e reconhecimento social a esses trabalhadores. Os vínculos de solidariedade desenvolvidos no trabalho coletivo asseguram um pertencimento grupal, ampliam as possibilidades de regulação do trabalho e uma relativa autonomia que parece favorecer a permanência dos catadores na associação e no trabalho de reciclagem. Mas ainda é necessário compreender melhor a natureza desse trabalho, aprofundando as contradições que ele apresenta, especialmente entre as conquistas alcançadas e a precariedade do trabalho.

A capacidade de desenvolvimento e autonomia organizacional desses empreendimentos, e de modo geral da economia solidária, talvez seja uma das questões mais polêmicas e a base da discussão dos demais aspectos. A subordinação dos empreendimentos solidários à economia capitalista estabelece um conjunto de tensões decorrentes da lógica de acumulação e das regras de intercâmbio impostas aos agentes econômicos de modo geral. Em consequência, eles são compelidos a adotar instrumentos do capitalismo para responder às premissas de produtividade competitiva (GAIGER, 2004). Considerando que as associações de catadores

se inserem em uma cadeia produtiva dominada por grandes empresas que processam os materiais reciclados, o espaço de autonomia e de solidariedade está limitado, de fato, por regras econômicas de valorização que, em última instância, produziram a situação de precariedade social que é o ponto de partida desse movimento social. Criar um espaço de produção solidária nessas condições já é uma conquista inegável, que agora se depara com exigências de eficiência para lidar com a complexa questão do lixo urbano e os problemas ambientais, ambos demandando a ampliação da coleta seletiva e da reciclagem. O desafio que os catadores enfrentam neste momento de aumento da escala de produção, contrapondo-se à tendência natural do processo de acumulação de riquezas que é necessariamente excludente, é manter essa reciprocidade entre solidariedade e eficiência que, desde o começo, define suas associações.

## 8. Referências Bibliográficas

- ANDRADE, M. C. A. *Psicologia Social e Economia Solidária: Uma Análise Psicossocial sobre o Trabalho Associativo e Cooperativo na Perspectiva da Economia Solidária*. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.
- BAPTISTA, R. D. S. A Construção Simbólica do Terceiro Setor. In: PIMENTA, S. M.; SARAIVA, L. A. S.; CORRÊA, M. L. (Org.). *Terceiro Setor: dilemas e polêmicas*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2006.
- BAUMAN, Z. *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.
- CLASTRES, P. *A Sociedade Contra o Estado: Pesquisas de Antropologia Política*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1978.
- CONCEIÇÃO, M. M. *Empresários do lixo: um paradoxo da modernidade: análise interdisciplinar das Cooperativas de reciclagem de Lixo*. Campinas, SP: Editora Átomo, 2003.
- COSTA, B. L. *Em busca de autonomia: A trajetória de Mulheres na Economia Solidária*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- DAGNINO, R. *Tecnologia Social. Ferramenta para construir outra sociedade*. Campinas, SP: Komedi, 2010.
- DIAS, S. M. *Trajatórias e memórias dos Fóruns Lixo e Cidadania no Brasil: experimentos singulares de justiça social e governança participativa*. 2009. 326 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- DIAS, S. M. *Construindo a Cidadania: Avanços e Limites do Projeto de Coleta Seletiva em Parceria com a Asmare*. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) -Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- FARIA, J.H.; FARIA, J.R.V. Poder e Controle em Organizações Solidárias. In: PIMENTA, S. M.; SARAIVA, L. A. S.; CORRÊA, M. L. (Org.). *Terceiro Setor: dilemas e polêmicas*. Editora Saraiva: São Paulo, 2006.
- FOURASTIÉ, J. *A Produtividade*. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1990.
- FRANÇA FILHO, G.C. e LAVILLE, J. *Economia Solidária. Uma Abordagem Internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- FREITAS, M.V.O. *Entre Ruas, Lembranças e Palavras: a Trajetória dos Catadores de Papel em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2005.
- GAIGER, Luiz Inácio Germany. *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. pp.371-403.
- GAULEJAC, V. *Gestão como Doença Social: Ideologia, Poder Gerencialista e Fragmentação Social*. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2007.
- GODBOUT, J.T. *O Espírito da Dádiva*. Lisboa: Epistemologia e Sociedade: 1992.
- GODELIER, Maurice. *O Enigma do Dom*. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira: 2001.
- GUÉRIN, F. et al. *Compreender o Trabalho para Transformá-lo: a Prática da Ergonomia*. São Paulo: Edgard Bluncher, 2001.
- HOBSBAWM, E. J. Custom. Wages and Work Load in Nineteenth-century Industry. In STERNS, P. N, WALKOWITZ, D.J. *Workers in the Industrial Revolution*. New Brunswick, NJ: Transaction Books, 1974.
- KEMP, V. H. Práticas Associativas na Economia Solidária e Laço Social. 2001. Tese (Doutorado em Psicologia Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.
- LAYRARGUES, P. P. O cinismo da reciclagem. In C. F. B. Loureiro, P. P. Layrargues, & R. S. Castro (Orgs.). *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011, pp. 185-225.
- LAVILLE, J. Com Mauss e Polanyi: Rumo a uma Teoria da Economia Plural. In: MARTINS, P.H. et al (org.) *A Nova Ordem Social. Perspectivas da Solidariedade Contemporânea*. Brasília: Paralelo 15, 2004, pp.42-57.
- LIMA, F. P. A.; OLIVEIRA, F. G. O. Produtividade Técnica e Social das Associações de Catadores: por um Modelo de Reciclagem Solidária. In: KEMP, V.H e CRIVELLARI, H.M.T (org). *Catadores na Cena Urbana: Construção de Políticas Socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, pp.225-264.
- LIMA, Francisco P. A. Ética e Trabalho. In: Goulart, I. B. (org.). *Psicologia Organizacional e do Trabalho: Teoria, Pesquisa e Temas Correlatos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

- \_\_\_\_\_. Patologias das Novas Tecnologias. *Anais do XVIII ENEGEP*. Niterói, RJ: UFF, 1998.
- \_\_\_\_\_. Noções de Organização do Trabalho. In: OLIVEIRA, C.R (org.) *Manual Prático de L.E.R.* Belo Horizonte: Editora Health, 1997.
- MARX, K. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: ED UFRJ, 2011.
- \_\_\_\_\_. Contradições entre o Fundamento da Produção Burguesa (medida-valor) e seu Próprio Desenvolvimento. In: GIANNOTTI, José Arthur. *Marx, vida & obra*. Trad. Luciano Codato. Porto Alegre: L&PM, 2000. pp.183-188.
- \_\_\_\_\_. Glosas Críticas Marginais ao Artigo O Rei da Prússia e a Reforma Social. De um Prussiano. (1844). In: *Práxis*, Belo Horizonte. Out- Dez, 1995. pp.68 – 91.
- \_\_\_\_\_. O Capital. Vol I. São Paulo: Abril Cultural, 1981.
- MAUSS, Marcel. Ensaio Sobre a Dádiva. Forma e Razão da Troca nas Sociedades Arcaicas. In: *Sociologia e Antropologia*. Vol. II. São Paulo: EPU, 1974.
- MIURA, P.O.C. *Tornar-se Catador: Uma Análise Psicossocial*. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004.
- MORAES NETO, B. *Marx, Taylor e Ford. As Forças Produtivas em Discussão*. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- OLIVEIRA, F. G. *Processos de Trabalho e produção de vínculos sociais: Eficiência e Solidariedade na triagem de materiais recicláveis*. 2010. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- POLANYI, K. *A Grande Transformação: as Origens da Nossa Época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- SANTOS, B.S. (org.) *Produzir para Viver: os Caminhos da Produção não Capitalista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SCHWARTZ, Y. DURRIVE, L. *Trabalho e Ergologia: Conversas Sobre a Atividade Humana*. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2007.
- SINGER, P. Economia Solidária: um Modo de Produção e Distribuição. In SINGER, P. *A Economia Solidária no Brasil. A Autogestão como Resposta ao Desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.
- STIEGLER, B. *Mécréance et discrédit*. v.1. La décadence des démocraties industrielles. Paris: Galilée, 2004.
- SOUZA, J. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.



**Sobre Cidades Inclusivas:** O projeto Cidades Inclusivas pretende reforçar as organizações de base (OB) de trabalhadores pobres nas áreas de organização, análise política e advocacy, a fim de garantir que os trabalhadores informais urbanos tenham as ferramentas necessárias para se fazer ouvir nos processos de planejamento urbano. Cidades Inclusivas é uma colaboração entre OB de trabalhadores pobres, alianças internacionais de organizações de base e aqueles que apóiam o trabalho de organizações de base. Para maiores informações visite: <http://www.wiego.org>.

**Sobre WIEGO:** Mulheres no Trabalho Informal Globalizando e Organizando é uma rede global de pesquisa-políticas-ação que procura melhorar as condições de vida e trabalho dos trabalhadores pobres, especialmente mulheres, na economia informal. WIEGO constrói suas alianças ou aferece afiliação junto a: associações de trabalhadores informais, pesquisadores e estatísticos que estudam a economia informal e profissionais de agências de desenvolvimento interessados na economia informal. A WIEGO procura atingir seus objetivos ao ajudar a construir ou fortalecer redes de organizações de trabalhadores informais; realizando análises de políticas, pesquisas estatísticas e análise de dados sobre a economia informal, fornecendo aconselhamento político e viabilizando diálogos sobre políticas focadas na economia informal, documentando e disseminando boas práticas de suporte à força de trabalho da economia informal. Para mais informações, veja [www.wiego.org](http://www.wiego.org).



Women in Informal Employment  
Globalizing and Organizing